

CONCÍLIO VATICANO II: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO DA COMPREENSÃO DA IGREJA

Anderson Frezzato*

Resumo: Este artigo apresenta uma abordagem histórica do Concílio Vaticano II no que diz respeito aos trabalhos conciliares de renovação da eclesiologia. Apontam-se as influências de fatos históricos marcantes dos séculos XVIII e XIX que impulsionaram a reflexão da Igreja sobre ela mesma. Tal reflexão culminou na elaboração da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* em toda sua estrutura. A elaboração da reflexão em torno da Igreja foi marcada por avanços e também por tensões. Tanto as evoluções quanto as tensões são perceptíveis no progresso das discussões nas sessões conciliares.

Palavras-chave: História. Concílio. Eclesiologia. Renovação.

Vatican Council II: A Historical Approach To The Evolution Of The Understanding Of The Church

Abstract: This article presents a historical approach of the Second Vatican Council regarding the conciliar works of renewal of ecclesiology. It is also pointed out the influences of historical facts that marked the eighteenth and nineteenth centuries that encouraged the reflection of the Church on itself. This reflection culminated in the elaboration of the Dogmatic Constitution *Lumen Gentium* and in its entire structure. The elaboration of the reflection around the Church was marked by advances and also by tensions. Both developments and tensions are perceptible in the progress of the discussions in the Council sessions.

Keywords: History. Council. Ecclesiology. Renovation.

* Mestrando em Teologia pela Universidade Católica de São Paulo, do Programa de Estudos de Pós-graduados em Teologia na área de sistematização da fé cristã. Departamento de Teologia. Unidade Campus Ipiranga. E-mail: afrezzato@gmail.com.

Palavras introdutórias

Impulsionada pelas grandes transformações da cultura moderna e certamente pelas novas perspectivas eclesiológicas oriundas das provocações de novas teologias emergentes, a Igreja Católica, de 1962 a 1965, em concílio, refletiu sobre si mesma e seu papel no mundo. Um dos maiores trabalhos do Concílio Vaticano II foi a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, que trata da Igreja em nova abertura eclesiológica de comunhão e dignidade batismal. Os fatos históricos dos séculos XVIII e XIX, como a Revolução Francesa e o Iluminismo, são propulsores das mudanças eclesiológicas, pois levaram a Igreja a questionar-se a si mesma e sua postura no mundo moderno. Os bastidores, ou seja, a construção conciliar da *Lumen Gentium* revela, de forma contundente, a força transformadora do Concílio, bem como as resistências por muitos padres conciliares contrários ao espírito da busca por um novo modo de ser Igreja.

Neste artigo, de enfoque contextual, objetiva-se abordar o quadro histórico, os movimentos renovadores da Teologia e da Pastoral que impulsionaram os anseios por uma atualizada consciência de Igreja. Também se fará um breve estudo sobre a *Lumen Gentium*, apresentando sua estrutura geral.

Para que esse objetivo seja totalmente contemplado, o artigo divide-se em dois principais tópicos de discussão. O primeiro, *A busca por uma nova Eclesiologia*, apontará os principais fatos históricos ocorridos nos séculos XVIII e XIX. Fatos estes que provocaram profundas transformações na época e que determinaram o contexto do século XX, o que implicou mudanças na relação da Igreja consigo mesma e com o mundo moderno. Aqui, então, será exposto o contexto dessas transformações históricas, as diferentes abordagens da teologia católica, acentuando a evolução da eclesiologia até a convocação do Concílio Vaticano II, por João XXIII.

Já no segundo tópico, *Lumen Gentium, uma Constituição Dogmática sobre a Igreja*, apresentará uma reflexão sobre essa Constituição que os Padres Conciliares elaboraram como sendo um tratado eclesiológico sobre a Igreja. Aqui a pretensão será pontuar a evolução dos trabalhos conciliares, desde os trabalhos da Comissão Preparatória sobre o esquema *De Ecclesia*, até sua finalização na *Lumen Gentium*, mostrando as teologias existentes e suas tensões, bem como a contribuição dos principais Padres quanto à eclesiologia conciliar desenvolvida.

1 A busca por uma nova Ecclesiology

O século XX foi, sem dúvidas, um período de grandes transformações, que atingiram todos os campos da presença do ser humano. E para se compreender as profundas mudanças pelas quais passou a Igreja, faz-se necessário expor aqui um relevante contexto histórico-teológico dessas transformações que incidiram sobre a Igreja e que a fizeram repensar sua presença no mundo.

Nesse sentido, duas serão as fases desta exposição: a primeira terá por objetivo apresentar o contexto histórico, que antecedeu o Concílio Vaticano II, para, em seguida, delinear o contexto teológico, pois ambas, inseparavelmente, contribuíram para as mudanças eclesiológicas.

1.1 Contexto histórico

Antes, porém, de localizar os eventos históricos marcantes do século XX, é preciso recorrer aos séculos XVIII e XIX, mais precisamente tomando acontecimento da Revolução Francesa e o Iluminismo, sem os quais é impossível compreender o século XX.

A Revolução Francesa, como bem o nome de definição diz, ocorreu na França em meados do ano de 1789. Desde a Tomada da Bastilha, marco inicial da Revolução até 1814, quando o Imperador Napoleão Bonaparte é derrotado na Batalha de Waterloo, na Bélgica, a França liderara o comando das transformações sociais, abandonando a medieval organização feudal para iniciar o processo do progresso citadino, impulsionado por intelectuais que fizeram ressoar seu grito por liberdade, igualdade e fraternidade. É ainda uma Revolução que possui duas principais características, sendo, ao mesmo tempo, burguesa e cosmopolita. Ela foi uma Revolução de influências no mundo ocidental, não sendo realizada apenas contra o governo absolutista francês, mas contra o Antigo Regime que é constituído por uma aliança política entre nobreza, realeza e clero (PIERRARD, 2002, p. 211).

Como o objetivo de Napoleão era a dominação, ele declara guerra contra a Grã-Bretanha, Áustria, Prússia e Rússia. No combate de guerra, o exército francês alargava suas fronteiras, invadindo os países e anexando-os aos seus territórios. As fronteiras entre os países ficaram de tal forma sem configuração que, depois da derrota de Napoleão na Rússia, o Czar russo promove a criação da Santa Aliança que terá como objetivo restaurar a Europa. Reunidos numa Convenção em Viena, se traçou como meta o restabelecimento das fronteiras originais antes da guerra. Mas é claro que o processo não foi tranquilo e pacífico. A França foi

penalizada e as questões mal resolvidas se arrastaram até o estouro da Primeira Grande Guerra Mundial, em 1914 (GODOY, 2006, p. 117).

Concomitante a isso, a Revolução industrial trazia uma série de inovações. O processo de industrialização não apenas aumentou a produção de bens de consumo, mas o ampliou. Não se tratava apenas de uma revolução pelo uso do carvão e do ferro, mas pelo uso da eletricidade, do petróleo e da química. Os católicos estavam passando de simples camponeses a operários. Estavam deixando a vida interiorana, marcada pela religiosidade, para povoar as cidades, tão caracterizada pelo abandono das práticas de fé. A Igreja sofrerá em sua organização o reflexo dessas mudanças e tentará se organizar nos grupos de operários de identidade católica. Já é forte indício de que a Igreja não poderá ficar distante das mudanças, mas de certa forma acompanhá-las (SOUZA, 2005, p. 1).

O período pós-guerra da I Grande Guerra foi crucial. Em março de 1917 estourou a Revolução Russa. Derrubada a monarquia, o país caiu sob a liderança dos bolchevistas, uma ala do partido comunista, sendo os Estados, em 1920, organizados numa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, cujo chefe foi Lênin, caracterizado como grande ditador. Na Alemanha, o regime imperial fora deposto por uma revolução popular e, em novembro de 1918, foi proclamada a República Alemã, que seria logo depois, em 1926, transformada em uma nação nazista por Adolf Hitler. Já a Itália, imersa numa grande crise econômica, suscitou movimentos de reorganização da nação, sendo o de grande destaque o Partido Fascista, liderado por Benito Mussolini. O fascista implantou na nação um regime totalitário, fazendo-se ele mesmo o ditador. Tais fatos demonstram a definitiva ruptura entre Igreja e Estado, pois todos os regimes citados colocaram a Igreja à margem diante dos interesses da nação (GODOY, 2006, p. 121).

É preciso lembrar que esse período foi crucial na vida da Igreja e já sinaliza a ela uma provação para transformações internas e de sua presença em meio ao mundo. Nesse momento da História, o Papa Pio IX havia convocado o Concílio Vaticano I. Sobre esse evento interpreta Ney de Souza:

Em pouco tempo diversos acontecimentos trouxeram grandes transformações que afetaram a humanidade. O evento convocado pelo Papa Pio IX, o Concílio Vaticano I (1869 – 1870), não chegou ao fim devido à guerra franco-prussiana. O fato particular é na realidade revelador de uma série de fenômenos que se pensava terem sido superados a pelo menos cinquenta anos antes (SOUZA, 2005, p.1).

As guerras mundiais desencadearam, salvaguardando seus males, uma onda de avanço tecnológico - científico, haja vista o uso de bombas nucleares lançadas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Intensificou-se a concentração de renda pelos países industrializados, como Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos e Rússia, levando principalmente estes dois últimos a uma competição ferrenha pela dominação mundial, competição esta, no fundo, entre o capitalismo e o socialismo.

O caos provocado pelas Guerras tornou evidente que os mais importantes valores pelos quais a sociedade europeia se assentava estava em descrédito: a absolutização da razão, do progresso, da nação e da indústria. A total crença na razão, no progresso, no nacionalismo, no capitalismo e no socialismo estava fracassando. A Europa estava sofrendo as consequências dos movimentos reacionários do fascismo, nazismo e comunismo. Tais movimentos impulsionaram uma nova ordem mundial e de certo modo uma nova ordem de presença no mundo para a Igreja, uma vez que

Os eventos históricos colocaram em pauta uma mudança – a mudança do paradigma eurocêntrico de modernidade”, que tinha uma marca colonialista, imperialista e capitalista, para um novo paradigma que começou a ser desenvolvido – o da pós modernidade – que seria global, policêntrico. A Igreja católica vai reconhecer isso, a duras penas, ao longo do tempo (SOUZA, 2005, p. 2).

1.2 Contexto eclesial e teológico

Depois de explicitado os eventos mais relevantes do contexto histórico que precederam o Concílio Vaticano II, há agora a necessidade de expor o contexto teológico pré-conciliar que movimentou a vida interna da Igreja diante das provocações do mundo moderno.

A Europa, depois do período da Revolução Francesa, encontrava-se numa verdadeira situação de desordem. Era preciso restabelecer a ordem pautando-se nos princípios da autoridade da religião e da moral, tal como era antes. Este fora o pensamento da Igreja Romana: implantar um projeto de cristandade. No campo social, se procurou implantar uma sociedade oficialmente cristã, divulgando devoções populares, restaurando velhas ordens religiosas bem como o florescimento de novas congregações dedicadas ao apostolado. Os papas que vão enfrentar essa problemática de implantação do projeto da cristandade foram Pio VII (1800-1823), Leão XII (1823-1829), Pio VIII (1829-1830), Gregório XVI (1831-1846) (GODOY, 2006, p. 121).

A Igreja se assustou muito com as mudanças da sociedade e teve uma postura de reação. A reação não foi de abertura para diálogo, mas acentuou-se uma postura de condenação ao mundo moderno, pois este ameaçava a organização da Igreja na sociedade. Tão verdade é que o papa Gregório XVI escreve uma Encíclica chamada *Mirari vos* (DZ 2730-2732), condenando a sociedade moderna e elencando os principais males a ser combatidos: o liberalismo e a maçonaria (PIERRARD, 2002, p. 141).

A perda do poder temporal papal, as duras e não sucedidas medidas para implantar uma sociedade profundamente cristã, os fortes ataques do liberalismo, a falta de proteção do Estado, os fortes conflitos doutrinários entre as escolas romanas, germânicas e francesas, fizeram o Papa Pio IX pensar, no final de 1864, a realização de um Concílio. Dessa forma, seguindo consulta aos cardeais da Cúria Romana e obtendo aprovação, pelo menos da maioria, o Papa, publicamente, em 26 de maio de 1867, por ocasião de um Consistório, manifestou sua intenção de convocar o Concílio. Tal desejo foi visto pelas camadas liberais como uma ameaça a seus ideais, pois um Concílio seria um forte instrumento para se reafirmar o poder temporal papal e sua relação de privilégio com os Estados. Não obstante a isso, tudo fora organizado pelas comissões preparatórias (ALBERIGO, 2000, p. 367).

O Concílio Vaticano I é convocado pelo Papa Pio IX através da Bula *Aeterni Patris* (DZ 3135-3140) em 1868, cujo objetivo era, então, combater a Modernidade e proclamar o dogma da infalibilidade papal, como meio de reafirmar a autoridade temporal perdida. No cumprimento dos objetivos do Papa, o Concílio elaborou duas principais Constituições dogmáticas: a primeira, *Dei Filius* (DZ 3000-3045), promulgada em 24 de abril de 1870, e a segunda, *Pastor Aeternus* (DZ 3050-3075), promulgada em 18 de julho de 1870. A *Dei Filius* se caracterizou por reafirmar a autoridade de Deus como Criador de todas as coisas; afirmou que a Revelação é transmitida pela Igreja, sendo a fé dada por Deus dom maior que permite acolher esta Revelação; por último, articulou a fé e razão dizendo não haver entre elas contradição. Já a *Pastor Aeternus* afirmou, de forma *ex cathedra*¹, a infalibilidade papal, assegurando que seus pronunciamentos serão definitivos em relação à fé e costumes, não contendo erros.

¹ (N.E) A expressão *ex cathedra* significa que um pronunciamento feito pelo Papa, utilizando de sua autoridade da assistência do Espírito Santo, proclama da sé de Pedro, quanto a questões de fé e costumes, possui caráter infalível e é definitivo. O Catecismo da Igreja Católica assim afirma: “Goza de infalibilidade o Pontífice Romano, chefe do colégio dos Bispos, por força de seu cargo quando, na qualidade de pastor e doutor supremo de todos os fiéis e encarregado de confirmar seus irmãos na fé, proclama, por um ato definitivo, um ponto de doutrina que concerne a fé e aos costumes (...). Quando, por seu Magistério a Igreja propõe alguma coisa “a crer como sendo revelada por Deus” e como ensinamento de Cristo, é preciso aderir na obediência da fé a tais definições. Esta infalibilidade tem a mesma extensão que o próprio depósito da Revelação divina”. CIC § 891.

No entanto, o equilíbrio entre Igreja e Estado não se concretizou, por isso o ideal de uma sociedade totalmente cristã se tornava uma realidade impossível. Os padres conciliares, de forma geral, estavam convencidos da impossibilidade de voltar às antigas relações entre Igreja e Estado, e por este motivo eles se limitaram a retomar e reforçar os princípios que deveriam regular as relações entre os dois poderes, sem propor nenhum sistema político definido. Nesse sentido, a defesa da fé e da moral será acompanhada e justificada por uma teologia apologética, meio este da defesa da ordem cristã e única garantia do livre desenvolvimento da vida eclesial.

O Concílio fora adiado por causa da guerra franco-prussiana e não seria retomado pelos papas precedentes. Após a morte de Pio IX, o clima que pairava era de um profundo desgaste da Igreja com a Modernidade. Como próximo sucessor pontifício, Leão XIII, mesmo mantendo uma postura de condenação ao mundo moderno, sinal disso é que também contribuiu na elaboração do *Syllabus*, não permanece fechado totalmente e dá sinais de diálogo com a sociedade, escrevendo a Encíclica *Aeternis Patris* (DZ 3135-3140), em agosto de 1879. Este documento suscitou a retomada da filosofia e teologia de Tomás de Aquino pela Igreja e muito cooperou para a renovação da escolástica nas Universidades Pontifícias (ALBERIGO, 2000, p. 368).

Entretanto, a Encíclica mais famosa de Leão XIII foi lançada em 15 de maio de 1891 e é chamada de *Rerum Novarum*, grande contributo à doutrina social da Igreja. Impelido pelo contexto social de grande efervescência do proletariado - este influenciado pelos ideais de Marx e seu Manifesto Comunista de 1848, bem como o avançado capitalismo industrial opressor e excludente - Leão elaborou um documento que tratasse de assuntos que estivessem fora do âmbito eclesial, como o trabalho, propriedade e salário.

Pio X (1865-1903) sucede a Leão XIII. É uma época de grande abalo no magistério eclesial, porque, aos poucos, vai surgindo um novo modo de fazer teologia, dando a essa ciência um caráter não acabado e pronto. Até então a Igreja via no tomismo a única forma de fazer teologia, uma teologia sistematicamente fechada. Pio X condena esse movimento assinando o Decreto do Santo Ofício, *Lamentabili sane exitu*, em 03 de julho de 1907, no qual afirma que as perspectivas renovadoras da teologia eram influências do modernismo liberal. Outra medida de Pio X foi escrever a carta Encíclica *Pascendi dominici gregis*, em 1907, condenando o modernismo e o chamando de herético (ALBERIGO, 2000, p. 369).

No contexto da Primeira Grande Guerra, tão logo que assumiu o pontificado, Bento XV (1894-1922) escreve a Encíclica *Ad beatissimi Apostolorum principis*, na qual se encontra visível a preocupação do Papa pelo estabelecimento da paz mundial e reorganização da

Europa. Logo em seguida, Pio XI (1922-1939) escreve a *Encíclica Quadragesimo Anno*, em 15 de maio de 1931, comemorando os quarenta anos da *Rerum Novarum*, com a qual enfatiza as consequências terríveis do pós-guerra, bem como analisa o contexto político, sobretudo do socialismo implantado na União Soviética e enfatiza a ideia de a Igreja ser a promotora do bem comum (ALBERIGO, 2000, p. 372).

O papa Pio XI queria que o Evangelho fosse propagado através dos leigos da Ação Católica. Na verdade, eles seriam um braço da hierarquia. Os leigos se inseriam nos seus ambientes específicos a tal ponto que trouxeram para dentro da Igreja toda a problemática social. Essa atuação do laicato exigiu por parte da Igreja condições de melhores formações espiritual e teológica, obrigado a Igreja e refletir sobre si mesma (SOUZA, 2005, p. 5).

Antes, pois, de falar de João XXIII e da convocação do Concílio Vaticano II, não se pode esquecer de dois movimentos crescentes da teologia que muito influenciaram a vida da Igreja pré Vaticano II: o movimento protestante e o católico.

A teologia protestante se destaca por manifestar um dinamismo nas pesquisas teológicas, principalmente no diálogo com as outras ciências. Todos os teólogos abaixo relacionados se empenharam por sistematizar seus pensamentos numa base científica coerente, principalmente no uso da filosofia, da hermenêutica e da história. Ganham destaque a Teologia do Profundo, elaborada por Paul Tillich (1886-1965); a Teologia da Palavra, representada por Karl Barth (1886-1968); uma teologia da Ética, com Dietrich Bonhoeffer (1904-1944). Na Teologia Querigmática, o personagem principal é Rudolf Bultmann (1884-1976), e na Teologia da História, seu desenvolvimento coube a Oscar Culmann (1902-1998) (MONDIM, 1979, p. 41). Um novo modo de fazer teológico surge dentro do movimento católico da *Nouvelle Théologie*, que foi senão um movimento teológico desenvolvido em duas escolas teológicas, a dos jesuítas, com destaque para De Lubac e Jean Daniélou, e os dominicanos, com destaque para Chenu e Yves Congar. Chenu tornou a escola de Saulchoir em uma escola teológica, com a definida preocupação de fazer da teologia uma ciência prática; já Congar assume a perspectiva teológica do ecumenismo, questionando a noção de Igreja como *societas perfecta* e procurando compreendê-la como mistério. Daniélou empenhou-se pelo retorno às fontes e formulou uma inteligência teológica, enfocando a dialética entre história e mistério. De Lubac, por sua vez, esforçou-se em manter um diálogo com outras religiões, especialmente o budismo e o hinduísmo, e a relação entre o cristianismo e o ateísmo. Outro importante viés da produção teológica foi promovido por Karl Rahner (1904-1984), é a chamada teologia transcendental com forte base antropológica. Rahner

desenvolveu, também, em suas obras os campos da epistemologia, da teologia fundamental, a eclesiologia, cristologia, diálogo inter-religioso e pastoral (GONÇALVES, 2004, p.69).

Foi nesse clima que João XXIII assumiu a cátedra de São Pedro em 28 de outubro de 1958. Impulsionado pelas transformações sociais e religiosas, o papa Roncalli, em 25 de janeiro de 1959, depois de celebrar a missa da festa da conversão de São Pedro e São Paulo, na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, surpreendeu os cardeais com o anúncio de um futuro Concílio Ecumênico celebrado no Vaticano (BEOZZO, 2005, p. 9).

O Concílio Vaticano II se caracterizou por se debruçar numa análise da identidade da Igreja e sua presença no mundo, procurando elaborar uma nova eclesiologia. No discurso pronunciado por João XXIII na abertura do Concílio, ele deu as orientações do que seria o futuro Concílio: o Concílio deveria se preocupar com o novo redescobrimto da Igreja, com uma nítida preocupação pela renovação e atualização, nas quais se desse real importância ao contributo de todos os Padres Conciliares, na busca pelo “*aggiornamento*”, palavra italiana que significa “colocar-se em dia” ou “atualizar-se” (BEOZZO, 2005, p. 2010).

O papa João XXIII e o Concílio Vaticano II empenharam-se em registrar uma mudança quanto à presença da Igreja no mundo que, reconhecendo a legítima autonomia da cultura humana e especialmente das ciências, conclamou a Igreja a atualizar-se, inclusive em suas estruturas internas. O método teológico que acompanhou este renovar-se caracteriza-se por ser, segundo Avery Dulles, um método “secular-dialógico”: secular, porque a Igreja acreditou no mundo como lugar propriamente teológico e buscou discernir os sinais dos tempos; e dialógico, porque busca dialogar e assumir as legítimas contribuições do mundo contemporâneo perante a tradição cristã (DULLES, 1978, p.101).

Todo o desdobramento do Concílio Vaticano II quanto à renovação eclesiologia presente na Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium* será tratada neste próximo item.

1.2 *Lumen Gentium*, uma constituição dogmática sobre a Igreja

É preciso frisar, de antemão, que o Concílio Vaticano II não permaneceu isento de grandes tensões seja na sua preparação ou mesmo no seu desenvolvimento em quatro períodos. Tensões estas que colocaram frente a frente as diferentes tendências teológicas, as quais apresentam, basicamente, duas posturas: a apologética tradicional e a apologética renovada. No entanto, mesmo estando-se imerso nessa tensão, não se pode deixar de lado as reais intenções de João XXIII no se refere ao desenvolvimento da teologia conciliar.

Remetendo-se às provocações da história, João XXIII tinha certeza de que Deus apontava para uma restauração e renovação universal da Igreja, ideia expressa em sua Constituição Apostólica *Humanae salutis*, através da qual convoca o Concílio (GONÇALVES, 2004, p. 77).

Não pretendendo condenar os erros do mundo, o discurso de abertura do Concílio *Gaudet Mater Ecclesia*, em 11 de outubro de 1962, marcou definitivamente a história e impulsionou a renovação da eclesiologia. O Concílio, de caráter pastoral, adquiriu uma visão positiva da história, procurando na cultura e na mentalidade contemporânea as novas formas de proclamar as verdades reveladas e a Boa Notícia oferecida por Jesus, com o objetivo de levar a todos os caminhos da salvação (CATÃO, 2004, p. 99).

Seguem as próprias palavras de João XXIII:

A Igreja sempre se opôs a estes erros; muitas vezes até os condenou com a maior severidade. Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validade da sua doutrina que renovando condenações (GME VII, § 2).

A solicitude da Igreja em promover e defender a verdade, deriva disso que, segundo o desígnio de Deus “que quer salvar todos os homens e que todos cheguem ao conhecimento da verdade” (1 Tm 2,4), os homens não podem sem a ajuda de toda a doutrina revelada conseguir uma completa e sólida união dos espíritos, com a qual andam juntas a verdadeira paz e a salvação eterna (GME VIII, § 1).

Esse era o espírito conciliar de João XXIII. As comissões preparatórias e os Padres Conciliares deveriam, então, tentar responder ao máximo à direção que o Sumo Pontífice assinalava em seu discurso. Às comissões preparatórias se deu o trabalho de elaborar os textos para serem estudados e submetidos à aprovação do Concílio. Tais redações se caracterizavam mais por serem inúmeros argumentos, muito fragmentados, nos quais se encontravam predominantemente os ensinamentos doutrinários e disciplinares dos últimos Pontífices, principalmente de Pio XII (SOUZA, 2006, p. 9).

Nesse sentido, dada a central importância da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* para este trabalho, se explicitará a evolução histórica e conceitual do projeto do texto referente à Igreja – “*De ecclesia*”. Aqui se procurará colocar em relevo o método teológico utilizado para marcar a eclesiologia conciliar.

De certo, o princípio de preparação do Esquema sobre a Igreja foi a consulta feita a todas as Igrejas do orbe católico. Em 17 de maio, instituiu João XXIII uma Comissão antepreparatória, encarregada de recolher os pareceres de todo o episcopado, de outros

prelados com jurisdição e das Congregações Romanas. Como presidente dessa Comissão, fora nomeado o cardeal Secretário de Estado, Domenico Tardini. Todas as opiniões foram reunidas em 15 grandes volumes, sendo as principais ideias: que o Vaticano II deveria completar e integrar o ensino do Vaticano I e dar estrutura orgânica aos pontos doutrinários como a natureza e constituição da Igreja, o seu magistério e ministério, bem como sua relação com a sociedade civil. (BETTI, 1965, p. 135).

No entanto, o *De ecclesia* somente fora difundido oficialmente muito tarde, a saber, em 23 de novembro de 1962, mas isso não impediu que o Esquema já fosse bem conhecido e circulado por meio da intervenção de alguns cardeais da Comissão preparatória central, como Suenens, Bea e Alfrink. O *De ecclesia* só foi objeto de debate no Concílio no decorrer da última semana do primeiro período conciliar, sendo grande a decepção da corrente majoritária. Quando o Esquema foi distribuído aos Padres, gerou muitas reservas porque o modo de expor a doutrina neles contida não estava conforme os ideais apresentados pelo Pontífice no Discurso Inaugural do Concílio, o qual convidava os Padres a enunciar a doutrina certa e imutável em linguagem nova, segundo as exigências do tempo (BETTI, 1965, p. 140).

A atmosfera conciliar quanto ao Esquema *De ecclesia* ficou bastante tensa e ficaria até a sessão plenária de 21 de fevereiro de 1963. Até esse tempo, muitas discussões foram feitas por parte dos defensores da centralização romana, tão promovida pela Cúria. Dentre as principais questões discutidas pode-se elencar a observação do cardeal Lercaro que afirmando que todos os batizados pertencem, em certo sentido, ao Corpo Místico de Cristo sem serem necessariamente membros da Igreja visível; outra questão refere-se quanto à noção de colegialidade. Alguns membros da Cúria Romana criticavam a ideia de que o colégio episcopal, agindo em união com o Papa, com ele divide responsabilidade e poder nas relações, sendo tais ideias difusas por Liénart, Léger e Bettazzi. Também não se pode deixar de citar que a questão do diaconato permanente não foi debatida com profundidade (SOUZA, 2006, p. 19).

Enquanto os Padres se ocupavam com o projeto do *De revelatione*, foi instituída uma Subcomissão especial de sete membros com o encargo de rever o Esquema *De ecclesia* e apresentá-lo a Comissão Teológica central para sua aprovação. Eis a relação dos sete membros: Browne (perito: Gagnebet), Léger (Naud, depois Lafortune), König (Rahner), Parente (Balic, depois Schauf), Charue (Philips), Garrone (Daniélou, depois Congar), Schröffer (Thils, depois Moeller). Esses sete contribuíram para a modificação do Esquema, acatando as críticas, dando ao futuro Esquema um caráter mais condizente com o espírito do Concílio. Tal comissão de sete era inesperada, pois minava a relação de força na Comissão

plenária, já que dava cinco votos à corrente reformista e dois votos à corrente conservadora (ALBERIGO, 2000, p. 361).

Não se pode esquecer de que justamente nesse período que segue o Concílio, a saúde do Papa Roncalli fragilizou-se tanto que em 3 de junho de 1963 faleceu, dia este da Solenidade de Pentecostes. Reunidos os cardeais em um breve conclave de 19 a 21 de junho, elegeram o arcebispo de Milão, cardeal João Batista Montini, que tomou o nome de Paulo VI. Grande conhecedor dos trabalhos conciliares e muito próximo dos ideais de João XXIII, Paulo VI, antes de retomar os trabalhos, nomeia um colégio restrito de moderadores, que formariam um elo entre o Papa e a assembleia conciliar, sendo eles os cardeais Agagianian, Doepfner, Lercaro e Suenens, sem os quais seria muito difícil a aprovação final do texto *De Ecclesia* (ALBERIGO, 2000, p. 400).

Dando continuidade, a Subcomissão, acatando as opiniões dos Padres, rapidamente procurou estruturar o novo capítulo sobre o Povo de Deus, realizando para isso cerca de 15 reuniões, dos últimos dias de outubro aos primeiros de dezembro de 1963, e depois de janeiro ao começo de fevereiro de 1964, tempo que correspondia ao II Período do Concílio. Tratou-se de readaptar o texto do Esquema já discutido, colocando o capítulo sobre o Povo de Deus primeiro que o da Hierarquia, ao mesmo tempo em que foram acrescentadas ao texto duas noções inexistentes até agora: a universalidade do único Povo de Deus e o outro sobre a índole missionária da Igreja (BETTI, 1965, p. 150).

Depois dos trabalhos da Subcomissão estarem concluídos, o Esquema reformulado passou por exame de toda a Comissão doutrinal. Tal exame aconteceu em três etapas, sendo a primeira antes da conclusão do segundo período do Concílio; a segunda etapa, realizada na sessão plenária de 2 a 14 de março de 1964, e por fim, a sessão plenária de 1º a 6 de junho do mesmo ano. Houve a aprovação da Introdução e do capítulo I, sobre o Mistério da Igreja; o segundo, sobre o Povo de Deus; o terceiro, sobre a constituição hierárquica da Igreja; o quarto, sobre os leigos, faltando ainda ser avaliada e colocada à votação um capítulo sobre Nossa Senhora e outro sobre a relação entre Igreja peregrinante e Igreja celeste. Entretanto esta última tarefa seria retomada no terceiro período, já que o segundo estava se encerrando (BETTI, 1965, p. 153).

O terceiro período solene tem início em 14 de setembro de 1964. De 16 a 30 de setembro, foi retomado o exame do esquema sobre a Igreja. A nova divisão da Constituição, proposta por Suenens, seria a seguinte: I. *De ecclesiae mysterio*; II. *De populo Dei in genere*; III. *De constitutione hierarchica ecclesiae*; IV. *De laicis in specie*; V. *De vocatione ad sanctitatem in ecclesia*. Esse tipo de esquema tinha um alcance eclesiológico singular, pondo,

com toda ênfase, fim à visão piramidal da Igreja. Fato este que demonstrava, de forma particular que os bispos, religiosos e leigos, todos fazem parte do Povo de Deus, no qual todos os membros, pelo batismo, são fundamentalmente iguais antes de se diversificarem por suas funções ministeriais (ALBERIGO, 2000, p 374).

De certo, o Concílio não abordou tudo sobre a Igreja. Assim, como explicitou Paulo VI ao inaugurar a segunda sessão do Concílio, em 29 de setembro de 1963, dizendo que a Igreja é um mistério e, como mistério, uma última palavra sobre a Igreja nunca poderá ser dita pelos homens. Eis as palavras do Pontífice: “A Igreja é um mistério, isto é, uma realidade intimamente permeada pela presença de Deus, e, por isto, natureza tal que admite sempre novas e mais profundas explorações de si mesma².”

A Igreja é verdadeiramente um mistério. Paulo VI, no discurso de abertura da segunda Sessão do Concílio, tornou central essa ideia dentro da evolução do Esquema *De ecclesia*. Dada a importância do sentido de mistério, encontra-se no livro de Henri de Lubac, *Paradoxo e Mistério da Igreja*, uma definição singular e profunda que revela o verdadeiro sentido em que a Igreja é mistério. Ele assim diz:

O mistério, tanto designando o termo, como visando os meios de realização, é, em primeiro lugar, algo relativo ao desígnio de Deus sobre a humanidade. Não é, por isso, algo de irracional, de absurdo, mas algo que diante do qual devemos renunciar todo esforço intelectual. (...) o mistério está sempre fora do alcance do homem, porque é qualitativamente diferente de qualquer objeto da ciência humana; mas nos atinge, age em nós e se revela a nós por meio de aspectos compreensíveis (LIBAC, 1969, p. 38)

Visto esta noção de mistério, De Lubac ainda continua seu raciocínio, ligando tal noção à própria vida de Cristo que se revelava por verdadeiros atos humanos, inserido na história do ser humano, mas como atos de uma pessoa divina. Assim, do mistério de Cristo é que brota a Igreja. A Igreja é, portanto, um mistério, mas um mistério indubitavelmente derivado. É mistério, uma vez que, vindo de Deus e estando a serviço de seu desígnio, ela é sinal e meio de salvação. Não se pode separar o mistério da Igreja de Cristo, pois é precisamente em Cristo que a Igreja encontra existência, valor e eficácia (LUBAC, 1968, p. 40)

De certo, o verdadeiro modo de compreender a mensagem eclesiológica do Concílio II está em superar os reducionismos possíveis, por meio de uma percepção renovada do mistério eclesial. A categoria de mistério, dialeticamente, se encontra relacionada com a história. A

² O discurso completo de Paulo VI na solene inauguração da II sessão do Concílio Vaticano II pode ser encontrado em: www.vatican.va/holy_father/paulo_vi.

relação entre ambas não está explícita nos documentos conciliares, mas é tomada como perspectiva. Este princípio de dialética entre mistério e história mostra que o ser humano e Deus estão ligados, não por identidade, mas por relação que se desenvolve e se revela no tempo, no espaço e na cultura (GONÇALVES, 204, p. 37).

Dito que a Igreja tem seu mistério em Cristo como sinal, sacramento de salvação, essa salvação já havia sido iniciada pelo Pai, junto com o Filho e o Espírito, desde o início da criação, ou seja, desde o início da história dos seres humanos. Assim, a Igreja, tal como é apresentada no capítulo I da *Lumen Gentium*, tem sua origem na Trindade³, estrutura-se à imagem da Trindade e se encaminha para sua plena realização na história. Assim afirma a *Lumen Gentium*:

O eterno Pai, por decisão inteiramente livre e insondável da sua bondade e sabedoria, criou o universo, decretou elevar os homens à participação da sua vida divina, e não os abandonou quando pecaram por Adão, antes lhes proporcionou sempre os auxílios necessários para se salvarem, na perspectiva de Cristo Redentor (...). Aos que acreditam em Cristo quis convocá-los na santa Igreja, a qual é prefigurada desde a origem do mundo e preparada admiravelmente na história do povo de Israel e na Antiga Aliança, e instituída “nos últimos tempos”, foi manifestada pela efusão do Espírito, e será consumada em glória no fim dos séculos (LG, n. 2).

Esse mistério, do qual nos fala o Concílio, é que faz a Igreja, e não está no sentido do desconhecido e do qual nada se pode dizer. O sentido desse mistério é bíblico-paulino, presente também nos Padres pré-nicenos, que é senão o desígnio divino de salvação vai se realizando e revelando na história humana. Aqui não se afirma que a Igreja é somente uma realidade invisível, não se nega, de forma alguma, a visibilidade da Igreja. Antes ela é uma exigência em virtude do conceito de mistério, como já se significou uma comunicação da salvação por meio de formas visíveis (ALMEIDA, 2004, p. 76).

E mais, o sentido de Igreja como mistério não é a-histórico, mas, pelo contrário, o mistério eclesial supera o visibilismo da Contra Reforma, ao mesmo tempo em que se recupera para a Igreja sua dimensão histórica, ressaltando sua origem nas missões divinas, portanto, o Concílio da Igreja restituiu à eclesiologia católica ao mesmo tempo o frescor e a profundidade da relação com a Trindade, e a consciência de um ser na história que não é simples ser da história. Dentro da abordagem eclesiológica do Concílio encontramos algumas

³ Michel Philipon, dominicano, e Professor das Faculdades de Filosofia e Teologia do “Studium Generale” dos Dominicanos de Toulouse e Perito do Concílio, aborda de forma muito profunda este tema sobre a origem Trinitária da Igreja em um belo texto intitulado **A Santíssima Trindade e a Igreja**, o qual está presente BARAÚNA. **A Igreja do Concílio Vaticano II**. Vozes: Petrópolis, 1965, pp. 361-383.

dimensões teológicas que sustentam a eclesiologia da *Lumen Gentium*, isto a partir do que se viu da Igreja como Mistério, sendo elas a dimensão cristocêntrica, pneumatológica, sacramental e escatológica.

O cristocentrismo, ou dimensão crística da *Lumen Gentium* é o cume de um movimento teológico que se inicia na escola de Tübingen, passa pelo Vaticano I através dos teólogos do Colégio Romano e tem sua expressão magistral na Encíclica de Pio XII, *Mystici Corporis*, na qual se encontra explícita a noção paulina de que Cristo é a Cabeça da Igreja e cada batizado, seus membros. Toda a vida da Igreja, por estar enraizada na vida de Cristo, tem sua natureza nele, e girando em torno de sua vontade se empenha em concretizar o Reino de Deus por Ele anunciado. E é exatamente porque é mistério, a Igreja é sacramento de Cristo, por meio da qual também se cumpre o desígnio de salvação a todos os povos.

Não se entrará aqui em nosso artigo, as longas discussões sobre a fundação da Igreja por Jesus e nem sua identificação ou não com o Reino, mas cabe salientar que Cristo dá início ao processo de formação do corpo eclesial, que se vai estruturando processualmente ao longo do tempo, anunciando o Reino e fazendo desse corpo um instrumento de construção dele. Que a Igreja é diferente do Reino isto é verdade, mas do Reino ela é seu sinal, “germe e início” (ALMEIDA, 2004, p. 76)

Admite-se que a mensagem de Jesus não anunciava imediatamente o advento da Igreja, mas do Reino de Deus. Isso significa que na boca de Jesus o Reino de Deus não significa uma coisa ou apenas um lugar, mas o agir de Deus no presente. No entanto, toda a missão de Jesus nunca se endereçou aos indivíduos isoladamente, mas no sentido de congregar os que estavam dispersos (Jo 11,52; 12,32; Mt 12,30). Nisso consiste o sentido de reunir um povo novo, que é senão a Igreja (RATZINGER, 1970, p. 69).

Assim, da premissa Cristo na Igreja e a Igreja em Cristo se remete ao evento da Encarnação, pois foi justamente ao assumir a natureza humana que Cristo de forma profunda, permite que Deus acolha a todos como filhos adotivos (GL 4,6) e os redime. Este elevar-se da natureza humana pelo Verbo indica que o Plano de Redenção põe sob mira não somente cada indivíduo, mas, sobretudo, toda a Humanidade que, unida e regenerada em Cristo, se congrega como Igreja no amor, formando a continuidade do antigo povo da Aliança, não pelo sangue de carneiros e bodes, mas pelo próprio sangue do Verbo feito carne (CLERRISSAC, 1960, p. 36).

Quanto à dimensão pneumática, a Igreja como não pode pensar-se sem Cristo, também não pode fazê-lo sem o Espírito Santo. A dimensão pneumatológica da Igreja será uma das maiores contribuições da *Lumen Gentium* para a renovação atual da eclesiologia. A *Lumen*

Gentium afirmou que aquilo que é o Espírito Santo para a Igreja, o mesmo devem ser os cristãos para o mundo, um princípio de informação e de vitalização, a alma que dá a vida (LG, n. 7). E mais, a *Lumen Gentium* diz expressamente que o Espírito foi enviado pelo Pai, em Pentecostes, para santificar, unindo-os como Igreja, para que obtendo dele força pudessem caminhar, não obstante as barreiras, ao encontro de Cristo que de novo viria (CLERRISSAC, 1960, p. 36).

Por meio de Cristo é que o ser humano tem acesso ao Pai e, por consequência, como a missão do Filho culmina no envio do Espírito Santo (Jo 17,4), os crentes podem aproximar-se do Pai por Cristo num mesmo Espírito (Ef 2,18). Será ainda o Espírito, como se professa no Credo, Aquele que dá vida (Jo 4,14; 7,38-39) e que habitando na Igreja também faz sua morada os corações dos fiéis como um templo (1Cor 3,16; 6,19) e dotando a Igreja de carismas e ministérios variados, o mesmo Espírito santifica e une (LG, n.º4).

Utilizando uma série de textos retirados do Evangelho de João e das Cartas de Paulo, a exposição conciliar manifesta claramente o papel do Espírito Santo na vida da Igreja, continuando a obra de Cristo. Essa evidência está contida de forma bem precisa no parágrafo 4 da LG. Ainda São Paulo, em Ef 1, 13-14, fundamenta e justifica toda a eclesiologia pneumática da LG, segundo a qual o Espírito vem renovar e dar acabamento à obra salvífica iniciada pelo Pai em Jesus Cristo. Segue o texto:

N'ele também vós escutastes a palavra da verdade, o Evangelho de vossa salvação, no qual crestes, fostes selados com o selo do Espírito Santo prometido. É este o sinal da nossa herança para o pleno resgate de sua propriedade, para o louvor se sua glória (Ef 3, 13-14).

Ambas abordagens acima, cristológica e pneumatológica, querem, no fundo, evidenciar que as Pessoas da Trindade não agem sozinhas, isoladamente, mas ficando a Igreja sempre sob a ação indissociável de toda a Trindade. Nada na Igreja se faz sem a ação indivisível do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Sendo assim, o mistério da Igreja e o Mistério do qual a Igreja nasce, vive e se plenifica em busca da sua realização final, uma vez que a Igreja unida ao seu Espírito clama sem cessar ao Esposo: Vem! (ALMEIDA, 2004, p. 40).

Já o sentido sacramental da Igreja dentro da *Lumen Gentium* encontra respaldo nas dimensões cristológica e pneumatológica, pois nos sacramentos é que se vive e se torna eficaz a obra redentora de Cristo no Espírito. Desse modo, a Igreja é sacramento essencial da graça de Deus para todos os homens. No Concílio, há diversas variações dessa ideia de que a Igreja é, em Cristo, como que sacramento, ou seja, sinal e instrumento da comunhão entre Deus e os homens: LG 1, 9, 48, 59; GS 42, 45; SC 5; G 1, 5. Esta noção de Igreja-sacramento aparece

nesses textos graças a um grupo de teólogos alemães (Grillmeier, Rahner, Volk, Ratzinger, Schmaus) e de outros países como Congar, Philips, Schillebeeckx) (ALMEIDA, 2004, p. 45).

Já no prólogo, a *Lumen Gentium* trabalha duas pequenas partículas com as quais coloca em evidência o que os Padres conciliares entendiam por sacramento em geral e por sacramentalidade da Igreja: a primeira partícula é *veluti* (= como que), que antecede a palavra sacramento; e a segunda, *seu* (= ou), que lhe segue – “*veluti sacramentum seu signum et instrumentum*”, colocando em consonância o âmbito festivo-simbólico (*signum*) e a mediação da graça (*instrumentum*) do sacramento. Entretanto, aqui é necessário frisar que a sacramentalidade é predicado da Igreja, mas isso não significa que a categoria sacramental possa ser remetida à Igreja de forma unívoca, porque se assim fosse, a Igreja não seria sacramento, mas mais um sacramento somado aos sete existentes. Portanto, a sacramentalidade da Igreja é um predicado analógico (ALMEIDA, 2005, p. 95).

É certo que em Cristo se encontra a salvação de todo gênero humano, é comunicação com Deus, Ele é identificação da divindade com a humanidade. Ele não é mero caminho, mas o Caminho (Jo 14,6), não é simplesmente a voz que anuncia o encontro de Deus com a humanidade, mas Aquele que torna visível a imagem do Deus invisível. Em sua humanidade, Jesus é o sacramento de Deus. Além dessa ligação com Cristo-Sacramento do Pai, o conceito de Sacramento se aplica à Igreja, pois ela possui, pela presença de Cristo, uma estrutura sacramental, porque tem visibilidade no tempo e no espaço e transmite como sendo sinal aquilo que significa: sacramento de salvação. Pela Igreja há a ação da graça e a sua transmissão, pelos ministérios e de forma especialíssima pelos sete sacramentos, dos quais a Eucaristia é o sacramento mais expressivo, já que cada comunidade reunida em volta do altar se une ao Corpo de Cristo sem o qual não há salvação (MONDIM, 1979, p. 386).

Assim, o Sacramento-Primordial é Jesus Cristo, mas no tempo entre a Ascensão e o segundo Advento, é Sacramento-Primordial a Igreja sobre a Terra. Ela mantém o ensinamento de seu Mestre e sendo por Ele sustentada, é feita comunidade de salvação dos homens, comunidade esta que brotou da ação do Jesus Histórico e que permanece não sendo mero meio de salvação, mas a forma terrena da salvação (SMULDERS, 1965, p. 414).

Por fim, a dimensão escatológica da Igreja. A perspectiva escatológica é uma perspectiva relativamente nova, em relação ao pensamento clássico dos últimos séculos. E este tema é trabalhado na Constituição *Lumen Gentium* propriamente no Capítulo 7, ao fazer uma abordagem da índole escatológica da Igreja peregrina e sua união com a Igreja celeste. Com toda certeza, na Constituição, a Igreja é vista ao mesmo tempo de forma coletiva e

dinâmica, com uma dependência profunda entre os membros que já morreram e que fazem parte da Igreja triunfante ou da padecente (SMULDERS, 1965, p. 414).

A plenitude do Reino de Deus acontecerá nos últimos tempos, mas a presença do Reino no mundo já é uma evidência pelo fato da própria Encarnação de Jesus e também do anúncio da chegada do Reino como Ele mesmo predicou. Basta consultar os textos Mt 12,28; Lc 11,20; Lc 22,18; Mt 26,29; Mc 9,1. Então, mesmo sem a história chegar à plenitude, o Reino de Deus já está presente numa misteriosa antecipação, e é justamente neste aspecto misterioso que a Igreja se identifica com o Reino. É o que Congar afirma em *Meditation sur l'Église*, que não se trata de pensar uma ruptura na Igreja entre o “ainda não” e o “já”, mas uma correlação existencial, pois a Igreja em marcha neste mundo sofre as deficiências humanas, sobretudo o pecado: é exatamente o “ainda não”. Mas, em outro sentido inseparável deste primeiro, a Igreja é vinda do alto e enriquecida com a presença de Cristo e de seu Espírito, e este é exatamente o “já” (LUBAC, 1969, p. 40).

Fica, assim, evidente que a Igreja não é toda a realidade escatológica em ato, contudo, não permanece caminhando no deserto como fez Moisés, sem nenhuma perspectiva de entrar na terra prometida. A Igreja está no Reino e, permanecendo nele, aguarda o advento do futuro definitivo da humanidade que já começou. A Igreja, nascida na história, vivendo escatologicamente na história, aguarda a plenitude em esperança de posse definitiva. É dessa forma que, sendo uma forma inacabada e em constante dinamismo ou movimento, a Igreja caminha em inquieta busca, sentindo-se solidária com o mundo e próxima de todos, pois todos são filhos de Deus e constituem em Cristo uma só família. Assim conclui o capítulo 7 da LG:

Quando Cristo aparecer, e se der a ressurreição gloriosa dos mortos, o esplendor de Deus iluminará a Cidade celeste e a sua luz será o Cordeiro. Então toda a Igreja dos santos, na fidelidade suprema do amor, adorará a Deus e ao “Cordeiro que foi imolado”, proclamando a uma só voz: “Àquele que está sentado no trono e ao Cordeiro, louvor, honra, glória e poder pelos séculos dos séculos” (Ap 5,13-14).

Todo esse esforço da *Lumen Gentium* está em abordar a Igreja não com uma organização meramente hierárquica, congregada por leis eclesiais e sustentada pela sistematização da doutrina, nem mesmo como uma Igreja que rejeita o mundo e se fecha em si mesma. Sem dúvidas, os estudos eclesiológicos receberam depois do Concílio Vaticano II, com a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, novos impulsos. Com novas luzes do Espírito Santo a compreensão da Igreja agora é tratada dentro de uma disciplina autônoma, a

Eclesiologia. Assim, não dá para se pensar num estudo sobre a Igreja sem recorrer à eclesiologia do Vaticano II. Querendo servir à construção do Reino de Deus, a Igreja responde pelo agora do tempo e pelo tempo vindouro, isto é, pelo “já” e o “ainda não”, como foi sinalizado.

Palavras conclusivas

O resgate histórico de tudo aquilo que envolveu a Igreja antes e durante o Concílio ajuda a compreendê-la melhor. Os fatos históricos, dentro e fora da Igreja, que provocaram as discussões eclesiológicas, quando bem explicitados, torna possível acompanhar com maior lucidez a Igreja no tempo presente. Uma vez que a Igreja do tempo presente, deveria ou deve ser fruto do Concílio Vaticano II.

Não se trata apenas de contar a história da história. Trata-se de saber as razões pelas quais as coisas aconteceram e sucederam. A História ajuda a colocar luz sobre a evolução dos fatos e permite com que se percebam coisas que não se pode abstrair apenas lendo um documento, vendo uma reportagem ou um filme. Este trabalho quis ir além. Pretendeu-se apontar algumas discussões, pelo menos, as mais notórias para a eclesiológica católica.

As transformações do mundo incidiram sobre a Igreja. A Revolução Francesa, os ideais do Iluminismo, as duas Grandes Guerras Mundiais, fizeram com que a relação entre a Igreja e o mundo mudassem. A Igreja, agora, não está mais tutelada pelo Estado. Sofrendo grandes ataques e perseguições, teve que, motivada por diversos movimentos renovadores da Teologia e da Pastoral, repensar seu modo de compreender a si mesma.

A reação, por parte da Igreja, ao mundo moderno foi a condenação deste. Condenação esta que estava na base dos trabalhos do Vaticano I, no qual os trabalhos sobre a eclesiologia não sofreram mudanças substanciais, reafirmando a hierarquia da Igreja e seu juridicismo governante.

O Concílio Vaticano II não seguiu a mesma senda do Vaticano I. O Concílio Vaticano II revê a Igreja em suas estruturas, interna e externa, e a projeta no mundo moderno com um novo modo de ser Igreja, Igreja como Povo de Deus. Destaca-se, assim, a *Lumen Gentium*, como trabalho teológico por excelência dessa nova compreensão eclesial. A Constituição Dogmática é assim, a maior expressão da eclesiologia conciliar, fruto também de uma renovação feita a partir de novas releituras das Escrituras e da Tradição.

Um novo modo da Igreja se auto compreender foi elaborado na *Lumen Gentium*. Retomando todo o mistério originante da Igreja como mistério em Deus, os Padres conciliares

conseguiram manifestar a realidade mais profunda da Igreja, e certamente de toda a nova eclesiologia: a Igreja é mistério e a sua unidade deriva da Trindade. Quando isso fica claro no desenvolvimento do Concílio Vaticano II, a compressão do papel dos batizados e a importância do sacerdócio comum dos fieis são ressaltados. Não se despreza a hierarquia, mas esta não define a Igreja. A Igreja será definida, no Capítulo II da Constituição, como Povo de Deus.

Por fim, o Concílio Vaticano II, de todo modo, foi um sopro de vida à Igreja e a sua presença no mundo. Claro que ainda uma parte das mudanças eclesiais propostas pelo Concílio precisam ser implementadas. Outras já foram feitas e tem possibilitado grandes trabalhos pastorais como o resgate da índole missionária dos batizados, o incentivo ao protagonismo leigo, formação adequada ao clero.

Referências

ALBERIGO, Giuseppe (org). **História do Concílio Vaticano II: a formação da consciência conciliar.** Tradução de José Maria de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2000.

ALBERIGO, Giuseppe (org). **História dos Concílios Ecumênicos.** Tradução de João Bezerra Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

ALMEIDA, Antonio José. **Sois um em Cristo.** São Paulo: Paulinas, 2004. (Teologia Sistemática – Eclesiologia).

ALMEIDA. **Lumen Gentium: a transição necessária.** São Paulo: Paulus, 2005.

BETTI, Umberto. A Cronistória do Concílio. In: BARAÚNA. **A Igreja do Concílio Vaticano II.** Petrópolis: Vozes, 1965.

CATÃO, Francisco Augusto. O perfil distintivo do Vaticano II: recepção e interpretação. In. GONÇALVES, Paulo Sérgio; BOMBONATO, Vera. **Concílio Vaticano II. Análise de perspectivas.** São Paulo: Paulinas, 2004, p. 95-115.

CLERRISSAC, Humberto. **O mistério da Igreja.** São Paulo: Editora Notre Dame, 1960.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constitutio dogmatica de ecclesia Lumen Gentium,** AAS 57 (1965), pp. 5-67.

CONGAR, Yves. **Revelação e experiência do Espírito.** Tradução de Euclides Martins Balacin. Vol 1. São Paulo: Paulinas, 2005. (Coleção Creio no Espírito Santo).

_____. Yves. **Introdução ao Mistério da Igreja.** Tradução de Petrus Gerardus Hollanders. São Paulo: Herder, 1966.

DANIÉLOU, Jean. **O futuro no presente da Igreja.** Tradução de L. S. Luza. São Paulo: Paulinas, 1974.

DE LUBAC, Henri. **Paradoxo e mistério da Igreja**. Tradução de Ângelo Busnardo. São Paulo: Herder, 1969.

DULLES, Avery. **A Igreja e seus modelos**. Tradução de Alexandre Macintyre. São Paulo: Paulinas, 1978.

GODOY, João Miguel. O Contexto Histórico do Concílio Vaticano II. In: **Revista Notícia Bibliográfica e Histórica**. Revista da Faculdade de História, Campinas, Puc-Campinas, nº 201, julho/dezembro, 2006, p. 117-128.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. A teologia do Concílio Vaticano II e suas consequências na emergente Teologia da Libertação. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio; BOMBONATO, Vera. **Concílio Vaticano II**. Análise e perspectivas. Paulinas: São Paulo, 2004, p. 69-94.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Minha Igreja**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOELLER, Charles. O Fermento das Ideias na elaboração da Constituição. In: BARAÚNA. **A Igreja do Concílio Vaticano II**. Vozes: Petrópolis, 1965.

MONDIN, Battista. **Os grandes Teólogos do Século Vinte**. Paulinas: São Paulo, 1979.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. Paulus: São Paulo, 2002.

PAULO VI. **Adhortatio Apostolica Evangelii Nutiandi**, AAS 68 (1976) pp. 5-76.

PIO IX. **Syllabus**, AAS 3 (1867-1868), pp. 168-176.

PIO XI. **Litterae encyclicae Quadragesimo Anno**, AAS 23 (1931) pp. 177-228.

PIO XII. Carta encíclica **Humani Generis**, AAS 42 (1950), pp. 561-578.

PHILIPON, Michel. A Santíssima Trindade e a Igreja. In: BARAÚNA. **A Igreja do Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1965, pp. 361-383.

ROUSSEAU, Olivier. A Constituição no quadro dos Movimentos Renovadores de Teologia e de Pastoral das últimas Décadas. In: BARAÚNA. **A Igreja do Concílio Vaticano II**. Vozes: Petrópolis, 1965, p. 115-134.

SOUZA, Ney de. Desenvolvimento histórico dos quatro períodos do Concílio Vaticano II. In: **Revista Notícia Bibliográfica e Histórica**. Revista da Faculdade de História, Campinas, Puc-Campinas, nº 201 julho/dezembro, 2006, p. 149-168.

_____. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: **Revista de Teologia e Cultura**. Ciberteologia. On Line. Ed. nº.2 – 2005. Disponível em <www.ciberteologia.com.br>. Acesso em: 20 fev. 2018.

SMULDERS, Pieter. A Igreja como Sacramento da Salvação. In: BARAÚNA. **A Igreja do Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1965, pp. 396-419.

Recebido em: 21 abr. 2018.

Aceito em: 27 jul. 2018.

Anderson Frezzato

Mestrando em Teologia pela Universidade Católica de São Paulo. Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2006) e graduação em Teologia pela Faculdade Dehoniana (2014). Tem experiência na área de Teologia, com ênfase em Teologia Fundamental Sistemática. É especialista no campo da formação de presbíteros católicos, com pós graduação para Formadores de Seminários Católicos e Casas de Formação pela Faculdade Dehoniana, Taubaté -SP (2015). É graduando em Tecnologia de Gestão Financeira, pela Universidade Paulista - SP (2017). É sacerdote católico.



Esta obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).